

NEOLIBERALISMO: INFLUÊNCIAS, EFEITOS NA EDUCAÇÃO E NA DESVALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES EM GOIÁS.

ARANTE, Cleverson Sousa¹
ALENCAR, Diego Pinheiro²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor reflexão sobre as influências e mudanças ocorridas no processo de valorização dos profissionais professores atuantes no Estado de Goiás após o advento neoliberalismo. Entende-se que as mudanças institucionais abrangentes e comuns aos países capitalistas demonstram a efetivação do dominante, a ponto de optar por conter investimentos para o quadro social, políticas de contenções na economia dos gastos que são de responsabilidades do Estado. A partir dessa reflexão, a presente pesquisa espera despertar a necessidade de reestruturação da visão de que a educação deve atingir a perspectiva de luta que tem objetivo libertador e não opressor contra a dominação de um capitalismo presente nas ações neoliberais.

Palavras-chaves: Trabalhador professor, neoliberal, Capitalismo, Políticas salariais.

This article aims to propose reflection on the influences and changes that occurred in the process of valorization of professional teachers working in the State of Goiás after the advent of neoliberalism. Comprehensive institutional changes common to capitalist countries are understood to demonstrate the realization of the dominant, to the point of opting to contain investments for the social framework, policies of restraint in the economy of spending that are the responsibility of the state. From this reflection, the present research hopes to awaken the need to restructure the view that education must reach the perspective of struggle that has a liberating rather than oppressive objective against the domination of a capitalism present in neoliberal actions.

Keyword: Neoliberal teacher, Capitalism, Wage policies

¹ Acadêmico do curso de especialização em Ensino em Humanidades (Latu Sensu) do Instituto Federal Goiano. E-mail: cleversonarantes@hotmail.com. Fone: (64)99249-1225. Instituição de vínculo Instituto Federal Goiano-Campus Iporá.

² Professor Orientador Diego Pinheiro Alencar, Doutor em Geografia.

1.INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a proposição do neoliberalismo dentro do contexto da produtividade e sua influência na desvalorização do professor. Dentre os objetivos específicos, expor os fundamentos e argumentos do sistema neoliberal desde seu surgimento até ao fato de haver interferência, não somente no discurso das políticas atuais, mas, principalmente nas intervenções no assistencialismo, até então, de responsabilidade das esferas Federais, Estaduais e Municipais. Cada um, antes do neoliberalismo, teria sua responsabilidade inerente ao que diz a lei, aos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal do país.

A interferência neoliberal objetiva uma ordem social desvinculada das responsabilidades do Estado brasileiro

Para o alcance dos objetivos propostos, a pesquisa buscar-se-á a realização de consultas bibliográficas junto aos documentos pertinentes ao tema, disponíveis em sites de artigos, livros eletrônicos.

A respeito da coleta de dados considera-se, também, tudo aquilo que não puder ser observado, será objeto constante de coleta de informações dos profissionais frente ao problema. Isto possibilita uma conscientização da necessidade de ajudar a construir uma nova ordem social que supere os males provocados pelo sistema capitalista.

Desta maneira a pesquisa está estruturada com um capítulo sobre o surgimento e o que vem a ser o Neoliberalismo no mundo, sua influência no Brasil. Em outro, trata-se da identificação de como o neoliberalismo tem influenciado na estrutura educacional, deste a criação de escolas, aumento ou não de alunos matriculados em seus ciclos específicos: ensino fundamental, médio e referente à formação, atuação e desvalorização ou não dos profissionais do país foco no Estado de Goiás e seus Municípios.

2. NEOLIBERALISMO: aspectos conceituais

Todo e qualquer pensamento para dominar e ser aceito ou impor seus argumentos, precisa de fato, convencer boa parte das pessoas com fortes estruturas de convencimento, a ponto de aplica-lo sem margem de dúvidas. A respeito do Neoliberalismo e seu surgimento como pensamento de mudanças na economia de um

país, Segundo afirma Harvey (2005, p.07): “As figuras fundadores do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e a liberdade individual, tomando-os como “os valores centrais da civilização”“. É preciso, no entanto, entender como o Neoliberalismo surgiu e a partir de qual instante esse movimento interfere até os tempos de hoje em toda estrutura política, econômica e como é construído o discurso neoliberal.

O Neoliberalismo surgiu como conceito de liberdade clássica com características, a princípio, de defender a liberdade dos cidadãos nos setores não somente políticos como, é, principalmente econômicos, de maneira a fornecer a possibilidade de intervenção junto às decisões do Estado ao que se refere às políticas de investimentos monetários. Sabe-se que a partir do Liberalismo, surgido no século XVIII também como meio de opor ao Mercantilismo e imposições aos trabalhadores os quais sofriam com a necessidade de adaptações e consequências da Revolução Industrial. Alguns de seus ideais foram ignorados no momento em que surgiu o Keynesianismo, após a Segunda Guerra mundial, com seus ideais totalmente diferentes do neoliberalismo. Contudo, após muitas críticas ao Keynesianismo, ressurgiu o liberalismo econômico dentro do contexto histórico do século XX como neoliberalismo. BEZERRA (2016)

O Neoliberalismo e sua vertente política e econômica, tendo esta última, surgido na década de 70 para substituir as ações moldadas pelo keynesianismo para apoiar radicalmente o capitalismo. Tem como objetivo principal o estímulo ao desenvolvimento da economia enfatizando primordialmente a não participação maciça do Estado na economia. Segundo ensina Bezerra (2016), a principal pretensão dos neoliberais era defender uma economia cuja arma é a liberdade para usar a força do mercado para que dessa maneira o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país pudessem ocorrer.

Com relação às características do Neoliberalismo, não restam dúvidas priorizarem as privatizações, a liberdade para que os capitais estrangeiros e abertura das fronteiras econômicas para os outros países implantarem suas multinacionais no país que melhor apresentasse possibilidade de capitalização econômica. Outra principal característica e não menos importante para os neoliberais, é a adoção de recursos protetivos para a economia, ou seja, o protecionismo econômico levado a sério não importando com as consequências. A redução de impostos e tributos abusivos.

Os motivos e efeitos do neoliberalismo são apresentados por Harvey (2005, p. 14)

O mundo capitalista mergulhou na neoliberação como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington”. [...] O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes, moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalismo de fato ocorreu.

A América Latina o neoliberalismo causou enormes mudanças que merecem destaque, sobretudo no Brasil. Veja no próximo item.

2.1.O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

É sabido que o prefixo “neo” é aplicado para os conceitos liberais historicamente acumulados desde os primórdios da humanidade. Trata-se de um contexto que descreve o liberalismo moderno. É uma forma ideológica com origem em duas vertentes ensinada por Fernandes (1995) com sendo a primeira e a mais forte, uma vez que a intervenção estatal com ideologia original, deveria ser mais rígida para subordinar o Estado de forma incondicional ao mercado, anulando definitivamente a intervenção do estado na sociedade e na economia de maneira geral. Contudo, a exemplo, no Chile, essa versão dura teve rejeição de sua aplicação, mas em várias partes do mundo foi implantada.

Segundo Anderson (1995), O neoliberalismo do século XIX, formou um conjunto de doutrinas pautadas na coerência, na conscientização e na militância de lucidez com objetivo de mudar a imagem neoliberal reorganizando sua estrutura e sua expansão pelo mundo. Anderson (1995, p. 22) alerta:

Pode-se dizer que essa nova versão tem como base a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, o que faz com que haja um esgotamento da matriz estado centrico e, por conseguinte, uma redução do papel estatal nos diferentes âmbitos sociais. Destaca-se outra característica dessa vertente, que é a desqualificação da política, que se rege por várias determinações, exceto a da “mão invisível” de Adam Smith. Ou seja, há uma tendência de centralização do Executivo em detrimento do Legislativo.

Notadamente acontece o início do movimento da economia globalizada na América latina e motivada pelo Neoliberalismo. Em 1990, houve considerado crescimento dos estados latinos devido à ocorrência de liberdade de mercado tanto para negociações internas quanto externas, momento em que a América latida conseguiu diminuir os índices inflacionários que eram elevadíssimos em 1980.

Segundo Benecke e Nascimento (2003), muitos estados conseguiram duplicar suas exportações, porém, Brasil, Colômbia e Equador tiveram que reduzir comparando sua atuação no mercado em 1980. Lembrando que o Brasil, foi o último a reduzir a inflação apenas durante o Plano Real em 1994.

Segundo Ditticio (2007), o neoliberalismo surgiu nos países, ou estados com índice de desenvolvimento superior, no hemisfério norte, centralizando sua força maior nos EUA e Reino Unido. Tal modelo, criado sob a justificativa de bem-estar social e para dar fim ao Keynesianismo. Contudo, somente após a crise de 1980, surgiu o neoliberalismo. Segundo ensina Bresser (2006), essa crise ocorreu devido a absurdas dívidas externas latino-americanas, os quais sob a intensão de controle absoluto da inflação implantaram políticas e compromissos ineficientes. A tão almejada estabilidade macroeconômica e o desejado desenvolvimento ficaram a deriva. Como se não bastasse, o combate neoliberal no continente preocupava-se também com o nacionalismo e desenvolvimentismo. Houve, portanto, um choque entre as políticas sociais, as organizações do trabalho e o protecionismo das indústrias. Sem contar o desconforto acirrado das ideologias progressistas e os comunistas em detrimento ao socialismo.

Leciona Naim (2000) que houve conferências entre os países do bloco latino em 1989, no International Institute for Economy, junto aos servidores dos governos dos EUA, organismos internacionais e vários economistas latino-americanos com objetivo de traçar acordos para reformas simultâneas na América latina na tentativa de superação da crise econômica ora instalada. Diante de tempos tenebrosos quando a dívida externa estava bastante elevada, a economia paralisada, a inflação não parava de crescer desordenadamente, recessão absurda e desemprego no topo, o diagnóstico não poderia ser outro: chamar o encontro de “Consenso de Washington”.

Segundo Bandeira (2002) esse foi o momento em que o economista norte-americano John Williamson aproveitou para propor dez reformas econômicas. Bandeira (2002, p. 135) enumera essas reformas, afirmando que elas tinham por objetivo, estabilizar o setor monetário e implantação de leis de mercados:

- 1 – criar mecanismos para garantir maior disciplina fiscal;
- 2 – estabelecer mudanças das prioridades no gasto público;
- 3 – implementar uma reforma tributária;
- 4 – praticar taxas de juros positivas;
- 5 – manter taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado;
- 6 – criar mecanismos para garantir maior liberalização do comércio;
- 7 – garantir o fim das restrições aos investimentos estrangeiros;
- 8 – implantar gradualmente um esquema de privatização das empresas estatais;
- 9 – fomentar a desregulamentação das atividades econômicas;
- 10 - garantir os direitos de propriedade intelectual.

Vale ressaltar que as medidas referentes às privatizações e liberação do comércio exterior, seriam as mais importantes do acordo para se renegociar as dívidas dos envolvidos, cumprindo tais exigências, os devedores receberiam ajuda das agências internacionais, praticamente ficariam dependentes do Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento. Desta feita, Bandeira (2002) adverte que todos os acordos celebrados no Washington Consensus, tinham um objetivo único, de fato, obrigar o estado a não mais impulsionar a economia, deixando de atuar como empresa ou que regulamenta as atividades domésticas e também internacionais. A América latina deveria ser controlada totalmente pelo mercado deixando as chamadas áreas livres de comércio na América. Assim, Canadá, Chile, Argentina e por último, no governo Collor em 1990, foram os países latino-americanos a aderir à imposição neoliberal.

Apesar de quase toda a região da América-Latina, com exceção da Venezuela e Cuba ter implantado o neoliberalismo, ou seja, na redução das ações sociais, privatizações e abertura das fronteiras comerciais, não houve melhoria, por exemplo, na redução do valor da mão de obra. Segundo leciona Bresser (2006), o posto aconteceu porque a reação ortodoxa tradicional dos comerciantes regionais, as pressões feitas pelos organismos internacionais foram consideradas como preço alto e desvantajoso para eles. Por esta razão, afirma Cervo (2007, p. 215): “[...] não houve uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas[...]”.

A partir de 1980, o Brasil neoliberal se esbarra nas questões levadas a férreas discussões sobre estender os direitos e movimentos sociais para redemocratizar o país que desde 1993 a 1994, havia de fato controlado a inflação, contudo, na década de 1990 os mesmos temas permanecem como foco das discussões, visando preparo para receber a nova ordem econômica, o neoliberalismo. O controle inflacionário era meta e foi ao longo dos anos 90 que o país começou a abrir suas fronteiras junto ao mercado mundial.

Segundo lecionam Ribeiro e Oliveira (2006), houve alargamento entre setores protegidos e desprotegidos, ou seja, mesmo com redução de alíquotas dos produtos de importação na tentativa de liberar o comércio exterior, o país neoliberal ganha força para supostamente se tornar desenvolvido e manter a estabilidade monetária.

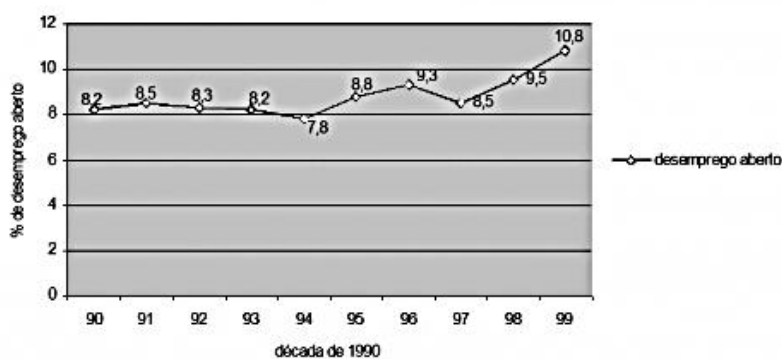
De acordo com Ribeiro e Oliveira (2006), nesse mesmo período entrou em vigor a redução de alíquotas de importação, tendo em vista uma maior liberalização do comércio exterior, assim, a principal modificação foi em relação aos regimes de

importação. na década de 1990. Mas, as flores murcharam dentro do vaso das expectativas e isso é bem explicado por David Ibarra (2011, p. 240):

A acomodação neoliberal alterou a ordem interna dos países, alterando a distribuição de ingressos, as oportunidades de progresso, as metas de geração de emprego, e alargando a distância entre pobres e ricos. Segundo o autor, são escassos os avanços em corrigir a desigualdade e a pobreza se torna endêmica.

É possível observar no quadro abaixo, o que representa as informações feitas por Campos (2017) apud David Ibarra (2011, p. 240) ao que tange as estatísticas referentes ao trabalho, ao desemprego, quando gradativamente os postos de trabalho em toda a área latino-americana, no momento neoliberal caiu.

Gráfico 01: Taxa de desemprego aberto na América Latina/1990-1999



Fonte: Campos (2017) <https://journals.openedition.org/polis/12585>

O gráfico 1 aponta que entre os períodos de 1990 a 1999, abriu-se taxa de desemprego acima de 8,8% e continuou elevada até 9,3% em 1996. Houve uma queda em 1997 passando para 8,5%. Porém, voltou a subir em 1998 atingindo a marca de 9,5% e em 1999 chegou a 10,8% de lá continuando crescente até os dias de hoje.

Notoriamente o desemprego é uma das mais importantes demonstrações do acúmulo capitalista. Segundo leciona Robert Castel (1998), no final do século XX os autos índices de desemprego apontam novas características do trabalho como informalidade e precarização do trabalho. Somente na década de 1990, a América Latina o neoliberalismo se intensificou pela expansão do setor informal e a desqualificação do trabalho.

Segundo no mesmo entendimento Mali e Silva (2003) considera que as modificações no mercado de trabalho são resultantes da escolha perversa das políticas neoliberais e sua maior evidência do fracasso está nas taxas de desemprego elevadas e

crecentes. Isso ocorre devido à insegurança nas relações trabalhistas, salários rebaixados e a informalidade como via de escape da população encurralada.

Outra observação nos dados de Ibarra é a enorme abertura do desemprego na América Latina alargando assim o fenômeno social, a pobreza. Ocorre a relação entre pobreza, desemprego e dominação de uma economia neoliberal. Entende-se, portanto que a influência do modelo regressivo das políticas econômicas neoliberalistas, tem causas diretamente através da abertura comercial, entrada de investimentos estrangeiros, mas o desemprego continuou crescente.

No Brasil, uma das críticas mais importantes é feita por Bueno e Almeida (2016) ao lecionarem que a implantação do neoliberalismo se encontra no fato de mesmo havendo uma estabilização na economia, não resolveu problemas considerados mais graves relacionados às questões sociais do Brasil.

Em suma, o neoliberalismo foi adotado na América Latina pelos países: Estados Unidos, México, Peru, Argentina e Chile. Evidenciando que o Chile, governado pelo ditador Augusto Pinochet, foi o primeiro a implantar a política neoliberal. Mas, na educação, qual seriam as mudanças ocorridas e o resultado de maneira geral atingindo a desvalorização do ensino de do profissional professor? Veja no item a parte.

3.NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: ESCOLAS TRANSFORMADAS EM EMPRESAS PARA O MERCADO EM GOIAS.

Com o novo sistema neoliberal não poderia deixar de ocorrerem mudanças no sistema educacional do mundo, mais precisamente no Brasil, especificando o Estado de Goiás. Desta feita, as orientações neoliberais reservadas para a educação como empresa, foram consideráveis, mudando toda sua estrutura e características.

Para a educação, o modelo neoliberal apresentou opções as quais o domínio é absoluto, ou seja, os pressupostos políticos educacionais seriam as diretrizes propostas pelo sistema neoliberal objetivando assim, privatizar as escolas para que as mesmas pudessem ser administradas nos modelos de gestão empresariais, com foco na Qualidade totalmente fiscalizada.

Em conformidade Freitas (2016, p. 10) fala da estratégia neoliberal de tratar a educação como empresa e o risco dessa confusão ao afirmar que:

O modelo empresarial parece encantador no sentido de que ele permite responsabilizar pelo mérito e, ao final de contas, demitir quem não apresenta resultados. É um atalho tentador. Assumem que a transferência dessas relações competitivas para dentro da escola levaria a uma melhoria da qualidade. No

entanto, o ambiente educativo é diferente do ambiente de mercado. O mercado é uma área competitiva onde ganhar e perder são consequências naturais do lance dado, mas na educação só deve haver ganhadores.

Toda a montagem das orientações neoliberais para educação muda as estratégias de forma a inserir o mercado dentro de todo o processo educacional. Os resultados não poderiam ser outros, conforme bem denuncia Freitas (2016, p. 10):

Transferir relações de mercado para dentro dos processos educacionais apenas encobre o que realmente acontece no interior das escolas, força relações artificiais, produz disputas e mina a confiança e a colaboração entre os agentes educativos. Desagrega mais do que organiza.

Notadamente, essas interferências, a efeito de exemplo, inicialmente bastante significativas, foram os currículos escolares direcionados para a preparação para o mercado de trabalho. Assim ao tirar da responsabilidade do estado o custeio da manutenção, as reduções no ensino público estão ocorrendo sob a justificativa que esse mesmo estado que exige, comanda até então, é ineficiente e aponta ser o ensino público totalmente ineficiente. Gentili (1996) aponta que os problemas existentes na escola tais como repetência, analfabetismos, discriminação, evasão só ocorrem por falha do próprio estado e por essa razão, a privatização, cuidariam melhor daquilo que constitucionalmente é dever dele próprio, o seja, do Estado. Observa-se que o problema levantado pelos neoliberais não é o custeio, mas sim a falta de direcionamento, tal qual aponta Gentili (1996, p.18): “[...] falta uma melhor distribuição dos recursos existentes [...]”.

As intervenções até mesmo nas questões pedagógicas sob a afirmação de que a ascensão social deverá ser atingir o que Bueno e Almeida (2016, p. 132) através de uma:

[...] formação polivalente, crítica e dialógica do indivíduo, agora, na perspectiva da lógica do mercado. Passaremos, em seguida, a tratar, do trabalho docente, nesta perspectiva neoliberal. Ao estudarmos as propostas neoliberais para a educação, já percebemos que a educação se tornou um bem econômico, ou seja, uma mercadoria.

O modelo neoliberal considera os pais e filhos, como consumidores, professores e administradores como produtores para o mercado. Lembrando como os produtores agem na corrida para vender mais seus produtos, utilizam os diversos meios de propagandas na disputa por melhor lucratividade e principalmente, pelo topo do mercado competitivo.

As transformações na educação passam como contenção de gastos desviando os recursos públicos supostamente sob o alibi de oferecer mais qualidade no ensino, na verdade não é bem assim. Conforme explica Freitas (2016, p. 142):

Os recursos públicos, em tese, destinados à melhoria da escola pública, migram, portanto, para o setor público na forma de pagamento da gestão terceirizada feito a organizações sociais ou distribuído por vouchers aos pais. Com essa política privatista, a escola pública vai recebendo cada vez menos recursos e cria-se uma espiral negativa: menos recursos, menos qualidade, mais privatização. Do ponto de vista pedagógico, os profissionais da educação vão sendo cada vez mais desqualificados pela introdução sistemática de sistemas de ensino pré-fabricados [...].

O Estado de Goiás teve recentemente a implantação das chamadas OSs, que significa Organização Social do sistema de Gestão em consonância com o neoliberalismo. No site do próprio governo, algumas indagações a respeito das OSs foram feitas exatamente porque a insegurança gerada pela implantação das mesmas, foi objeto para esclarecimentos. Segundo a própria estrutura da Organização Social, as mudanças relativas aos professores, aponta consideráveis possibilidades na carreira. Em tese, as condições de trabalho, seleção, progressão e remuneração seriam baseadas em meritocracia somadas aos princípios da nova gestão democrática de ensino.

Essas mudanças atingiram também a forma de contratação, instante em que por exemplo, formando um quadro de 70% de efetivos da Seduc, a promessa seria de não haverem mudanças nos direitos adquiridos. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, os professores efetivos teriam a liberdade, caso se sentissem incomodado, não concordando com as OSs, para solicitarem suas transferências para outras unidades cujas gerencias não eram via OSs. (SEDUC, 2018)

Com relação aos professores contratados, ou seja, os chamados temporários, suas contratações seriam realizadas via processo seletivo para aqueles que tivessem interesses em entrar para carreira de professores. Aos serem selecionados, o regime de trabalho, obedeceriam às normas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), sendo resguardados todos os direitos trabalhistas tais como: férias, 13º salário e fundo de garantia, e do piso salarial, que atualmente, segundo Seduc é de 2,4 mil, quando na prática, o contrato que atua na rede Estadual, que passou pelo processo de seleção, com formação superior, recebe o valor de R\$ 1.753,00/40h.

Outra mudança via OSs está relacionada as orientações pedagógicas impostas quando uma pasta criada para constar não somente as orientações como também a responsabilidade de orientar, acompanhar pedagogicamente, a formação do profissional educador e monitorar a pasta. É uma inovação e por esta razão, segundo Seduc, muitas dúvidas e preocupações surgiram quanto ao modelo das OSs. Para sanar todas as dificuldades, foi criada equipe para moldar a gestão de maneira a torna-la democrática, inclusive no momento de eleição, pela comunidade, daqueles que comporiam a equipe

gestora. Ou seja, na figura do Diretor o qual será a ponte entre escola, Seduc e a comunidade estudantil. Lembrando que a responsabilidade pedagógica também será do Diretor Escolar.

Nessa implantação, muito se indagou sobre se haverá concursos ou não, a resposta, embora há tempos não se faz concurso no Estado de Goiás, a Seduc garante que as OSs não atrapalhariam a realização dos mesmos. A Secretaria afirma:

Ainda sobre essa questão, é fundamental ressaltar que não haverá nenhum prejuízo para a carreira do Magistério público que, quando for preciso, contará com novos agentes nela ingressantes por meio de concurso público de provas e títulos. (SEDUC/2018)

Notoriamente não procede essa questão de concursos, pois, não se tem nem mesmo previsões sobre sua realização no Estado.

Quanto as condições de trabalho ofertado a promessa via OSs, apontam para valorização e direitos garantidos inclusive para as condições de trabalho seriam boas. Realidade a ser comentada em pesquisa posterior. Quanto as condições de trabalho, houve considerável diminuição das cargas horárias e as condições de trabalho não são lá tão favoráveis. Certo é que houve redução do quadro de professores motivados pelos inúmeros processos de concessão de aposentadorias e falta de concursos, Segundo Seduc, as respeitará de forma particularizada, a localização geográfica das escolas, ou seja, algumas regiões possuem maior quantidade de professores efetivos e outras não. As escolas, portanto, deverão cumprir a legislação nacional quanto a essa questão. (SEDUC/2018)

Portanto, as OSs, em suas normativas parecem ser um sistema organizado, contudo há que se verificar sua prática, especificamente na questão de valorização dos professores.

A educação em Goiás segue as determinações da LDB – (Lei9.394/96) a qual serve como âncora para os neoliberais para transformarem as escolas a ponto de deixarem a jurisdição federal para a estadual e municipal. Os processos de municipalização do ensino, sob as orientações neoliberais, utilizam os recursos financeiros na condição de micros, ou seja, a escola objetivando-se com isso, dinamizar e atender as necessidades de cada unidade escolar.

Seus reflexos são notados com a quantidade de escolas, estaduais e seus respectivos municípios, redução e fechamento de escolas, quantidade de docentes por ciclo educacionais em todo o estado de Goiás conforme o SENSO escolar do IBGE realizado em 2018 na tabela abaixo:

Imagem 1:: Senso Escolar 2018 Quantidade de Matrículas e Docentes por ciclos.

BRASIL		Simplifique!	Participe	Acesso à Informação	Legislação	Canais
IBGE		Página Inicial	Aniversários dos Municípios	O que você procura?		
Brasil / Goiás Selecionar local Panorama Pesquisas História & Fotos	✓ MATRÍCULAS					
	› Ensino infantil	240.692				matrículas
	› Ensino fundamental	877.593				matrículas
	› Ensino médio	233.412				matrículas
	✓ DOCENTES					
	› Ensino infantil	14.501				docentes
	› Ensino fundamental	42.203				docentes
	› Ensino médio	15.992				docentes
	✓ ESCOLAS					
	› Ensino infantil	2.692				escolas
› Ensino fundamental	3.415				escolas	

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>

Entende-se que a distribuição é demonstrada por Gentili (1996, 27) ao descrever as funções da escola segundo as orientações neoliberais:

- a) a necessidade de desenvolver sistemas nacionais de avaliação dos sistemas educacionais (basicamente provas de rendimento aplicadas à população estudantil);
- b) a necessidade de desenhar e desenvolver reformas curriculares e a partir delas estabelecer os parâmetros e conteúdos básicos de um Currículo Nacional;
- c) associada à questão anterior, a necessidade de desenvolver estratégias de formação de professores centralizadas nacionalmente e que permitam a atualização dos docentes segundo o plano curricular estabelecido na citada reforma.

A preparação para o trabalho é expressa na Lei complementar n. 26/1998 que vetou o decreto n. 4.368/94, quando dispõe no seu artigo 1º, o destino da educação: “Art. 1º - A presente lei complementar disciplina a organização da educação escolar que se desenvolve no sistema educativo estadual, predominantemente através do ensino, devendo vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Com as exigências, a questão de desvalorização do professor é um dos problemas resultantes da descentralização da atuação do professor que se inicia com a sua formação para a prática pedagógica de qualidade e como formador de cidadãos para o mercado. Essa desvalorização é sentida com a privatização, ou terceirização do trabalho docente em formas de contratos temporários regidos pela CLT, através da lei apenas para duração de um ano. Segundo dados divulgados pelo Jornal “O Popular”, professores temporários são maioria em 129 cidades goianas” (Jornal O Popular,2019). A falta de concursos públicos e o menor interesse para que eles aconteçam evidencia-se que o sistema

neoliberal não considera a quantidade de professores que estão para se aposentarem até o ano de 2022. Serão ao todo mais de “3.843 devem se aposentar até 2022”. (Jornal O Popular/2019)

As escolas em sua grande maioria possuem quadro de temporários superior aos efetivos, recentemente o Governo do Estado, após várias movimentações de categorias, conseguiram a efeito salarial colocar os contratos temporários com piso salarial igual aos dos professores e funcionários efetivos. Conforme tabela do Sintego:

Figura 2: Reajuste Salarial para Professores temporários em 2019

Tabela Salarial Professores da Rede Estadual - Goiás - 2017
Aplicação de reajuste de 7,64%

Cargo	CH	QUADRO PERMANENTE						
		Referencial/ Vencimento						
		A	B	C	D	E	F	G
PI	20	1.156,55	1.179,68	1.203,27	1.227,24	1.251,88	1.276,92	1.302,46
	30	1.734,82	1.769,51	1.804,90	1.841,00	1.877,82	1.915,38	1.953,69
	40	2.313,10	2.359,36	2.405,55	2.454,08	2.503,78	2.553,85	2.604,93
PII	20	1.191,36	1.215,18	1.239,49	1.264,28	1.289,56	1.315,35	1.341,66
	30	1.787,03	1.822,77	1.859,23	1.896,41	1.934,34	1.973,03	2.012,49
	40	2.382,70	2.430,36	2.478,97	2.528,54	2.579,12	2.630,70	2.683,31
PIII	20	1.563,17	1.594,43	1.626,32	1.658,85	1.692,03	1.725,87	1.760,38
	30	2.344,75	2.391,65	2.439,48	2.488,27	2.538,04	2.588,80	2.640,57
	40	3.126,35	3.188,88	3.252,66	3.317,71	3.384,07	3.451,75	3.520,78
PIV	20	1.762,49	1.797,74	1.833,69	1.870,36	1.907,77	1.945,93	1.984,85
	30	2.645,73	2.696,60	2.750,54	2.805,55	2.861,66	2.918,89	2.977,27
	40	3.524,96	3.595,46	3.667,37	3.740,72	3.815,53	3.891,85	3.969,68

Fonte: Governo de Goiás
Elaboração: DEESE - Escritório Regional em Goiás

Fonte: SINTEGO/2019

Figura 3: Reajuste Salarial efetivos em 2017

Tabela Salarial Professores da Rede Estadual de Goiás - 2019

TABELA CONTRATO TEMPORÁRIO

C. HORÁRIA	VENCIMENTO	Aumento		A partir de Junho/2017
		34%	VALOR NOVO	
C.Temporário - Professor Nível Médio	20 H = 105	R\$ 552,62	R\$ 187,89	R\$ 740,51
	30 H = 157	R\$ 828,93	R\$ 281,84	R\$ 1.110,77
	40 H = 210	R\$ 1.105,24	R\$ 375,78	R\$ 1.481,02
C.Temporário - Professor Nível Superior	20 H = 105	R\$ 654,22	R\$ 222,43	R\$ 876,65
	30 H = 157	R\$ 981,33	R\$ 333,65	R\$ 1.314,98
	40 H = 210	R\$ 1.308,44	R\$ 444,87	R\$ 1.753,31

Fonte: SINTEGO/2017

Se por um lado, essa medida foi benéfica para os contratos, resta indagação de que muitos desses contratados não possuem a mesma experiência do efetivo de longa experiência na jornada de trabalho muitas vezes ultrapassando as 60h/mensais. Essa condição coloca em risco o desempenho e a oferta de uma educação de qualidade. Ao mesmo tempo, demonstra que a desvalorização do professor, está nítida com essa forma neoliberal de implantar a terceirização da educação com vínculo apenas temporário.

A desvalorização do professor também é notada quando das articulações de movimentos por melhorias da qualidade das condições de trabalhos, dos salários defasados em detrimento de cargas horárias excessivas. Representantes dos docentes e trabalhadores da educação de Goiás levantam bandeiras em prol da equivalência salarial. Segundo tabela salarial para o professor, divulgada pelo SINTEGO, sindicato que representa a classe não somente de professores, como também toda classe de trabalhadores da Educação, nota-se o lapso temporal de equiparação salarial.

Após anos de luta da classe trabalhadora, o reajuste feito em 2017, com percentual de 7,64% em comparação ao reajuste demonstrado na próxima tabela, evidencia a valorização em forma de conta gotas, o que poderia significar uma vitória, levando-se em consideração aos anos de movimentos reivindicatórios pela classe, apontam a dominação do neoliberalismo em resistir a demanda, estrutura do trabalho e desdobramentos do professor para conseguir suprir suas necessidades básicas e primordiais para sua atuação com qualidade como professor responsável pela formação do cidadão para o mercado.

É uma orientação que desconsidera a formação inicial, privilegiando a formação em serviço, o que limita o professor ter uma sólida preparação para o exercício da docência. Além disso, o Artigo 63, inciso II da LDB citada, e a Resolução 02/97 do Conselho Nacional de Educação, autorizam a criação de cursos de formação pedagógica para pessoas portadoras de diploma de ensino superior, para atuarem, como docentes, na educação básica. É com essas determinações que o governo federal, atendendo às pressões dos organismos de financiamento internacional, procura caminhos mais econômicos (menos dispendiosos) para as questões educacionais. Neste aspecto passaremos a analisar o trabalho docente nas dimensões de polivalência e espetáculo.

Segundo divulgado no site do Instituto Mauro Borges:

A valorização do ofício de professor passa, não somente pelo aumento de seu prestígio social, mas também por entender sua condição de trabalho e as vicissitudes em que ela se dá. Conhecendo as especificidades de cada rede, em cada localidade e dos agentes envolvidos pode-se propor soluções de acordo com a real necessidade. Entender os problemas e suas dimensões é o primeiro passo para se alcançar a efetiva e necessária melhora da educação. Almeja-se que este trabalho seja uma parte da busca por esse conhecimento. (IMB/GO,2016)

É fato, portanto, que em Goiás esse processo de valorização do professor, o prestígio social e condições de trabalho passam por momentos muito difíceis o que notoriamente os movimentos de lutas são de fato, a única arma da categoria de professores, para tentar no mínimo, reduzir os efeitos decrescentes da implantação de um sistema mercantilizado da Educação em Goiás.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo desta reflexão a respeito das mudanças ocorridas pela implantação do sistema neoliberal no contexto educacional, especificando o estado de Goiás, foi possível identificar que há de certa forma, o empenho em organizar o sistema educacional de maneira a colocá-lo dentro das normas ditadas pelo neoliberalismo. Ao se discutir a complexidade dessas mudanças, no Brasil e em Goiás, na atualidade, a precarização do trabalho do professor não deixou de sentir seus efeitos, pois, se em algumas partes houve positivas mudanças, por outra, a liberdade do Estado em optar por tirar de si responsabilidades, deixa a desejar quanto as melhorias propostas, sobretudo pelas OSs, ou seja, nos discursos, nos versos, tudo funcionaria com êxito, porém a realidade é oposta.

O sistema neoliberal ao entrar nas escolas, evidencia que a escola deve se adequar as políticas econômicas, tornando seu papel o de formador para economia e que segue modelo ditado. Ao analisar a história, é possível identificar sem grandes esforços, a perda de prestígio, de poder aquisitivo, de condições de vida e o enorme descontentamento por parte de muitos professores, isto, observado pelos movimentos em prol de melhorias salariais, condições de trabalho e suas representatividades em detrimento as imposições.

O neoliberalismo tem suas vantagens, mas em cada setor, pode não ser benéfico. No caso do trabalhador docente, o declínio da profissão é cada vez visível. Se são tendências globais, há que se separar realidades nos diversos países aqui mencionados. Ocorre que muitas situações apontam para um retrocesso no processo de profissionalização dos professores e aumento nas exigências para atuação em sala de aula. Remuneração desgastante.

A questão da terceirização, falta de concursos, mas, a análise fica por conta de imaginar que se o estado quer tirar de si as responsabilidades com a educação, seria inútil se pensar em interesses em se realizar concursos públicos para a atuação de professores ainda continua sendo preocupante.

Diante dos movimentos, foi possível observar o foco dos mesmo sendo o fato mais evidente da desvalorização, a questão financeira bastante criticada pelos líderes da categoria e pelos próprios professores um dos principais motivos que impedem o professor de envolver-se com práticas de formação e, como consequência, de buscar constantemente seu aprimoramento profissional.

O novo, causa preocupações, medos e principalmente insegurança, aliás, sensação presente no meio profissional com o neoliberalismo. Contudo há expectativas de melhorar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry (1995). Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. Pós neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra.

BANDEIRA, L. **As políticas Liberais e a crise na América do Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2002, 45 (2): 135-46. Publicado em [http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf] . Disponibilidade: 10/07/2015.

BENECKE, D.; NASCIMENTO, R. **O Consenso de Washington Revisado**. 2003 Cadernos Adenauer, ano IV (2), publicado em [http://www.kas.de/brasilien/pt/pages/6508/]. Disponibilidade: 20/06/2015. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 7 (1), 2016 81.

CAMPOS, Rosana Soares. **O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/12585> Acesso em: 10/12/2019.

SEDUC, **Secretaria Estadual de Educação de Goiás**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/perguntas-e-respostas-sobre-organizacoes-sociais/> Acesso em: 12/12/2019.

SINTEGO. **Tabela de vencimentos dos professores da Rede Estadual 2017**. Goiânia-Goiás. Disponível em: <http://sintego.org.br/midias/downloads/02052017164855.pdf>. Acesso em: 10/12/2019.

_____. **Tabela de vencimentos dos professores da Rede Estadual 2019**. Goiânia – Goiás. Disponível em: <http://sintego.org.br/midias/downloads/02052017164855.pdf>. Acesso em: 10/12/2019.

BRASIL, **Goiás. Lei Complementar n. 26**. Casa Civil Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=7070 Acesso em: 10/12/2019

BRESSER-PEREIRA, L. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, 2006. Disponível em: [http://www.seade.gov.br]. Disponibilidade: 20/06/2015.

DITTICIO, Claudio. **Experiências Neoliberais Brasil, Argentina, Chile e México**. Dissertação de Mestrado em Economia Política, apresentada a Universidade Pontifícia de São Paulo. (Orientador: Júlio Manoel Pires). 2007.

FERNANDES, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 1995. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIDMAN, M. **Liberdade de Escolher**. O Novo Liberalismo Econômico. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade**. 2016.

FRIGOTO, G. **Educação e Formação Humana**: Ajuste neoconservador e Altamente Democrática. In GENTILI e SILVA (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GENTILI, P. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**, 1977. Rio de Janeiro: Editora Globo.

IBARRA, David (2011, p. 240) Ibarra, D. (2011). **O neoliberalismo na América Latina**. Revista de Economia Política, 31, 2 (122) 238-248. disponível em:<https://journals.openedition.org/polis/12585> Acesso em: 5/12/2019

INSTITUTO MAURO BORGES. **Senso Escolar** 2017. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/releases/censo-escolar-educacao-basica/censo-escolar-educacao-basica-2016.pdf>.

JORNAL O POPULAR. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/professores-tempor%C3%A1rios%C3%A3o-maioria-em-129-cidades-goianas-1.1753665> Acesso em: 10/12/2019

MARTINEZ, Elias David Morales Martinez. OLIVEIRA, Thays Felipe **POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS** NAIM (2007)

PEIXOTO, A. J. **O Papel do Educador na Perspectiva da Filosofia Personalista de Emmanuel Mounier**. Tese de doutorado. USP, São Paulo: 1998.

RIBEIRO, Maria; OLIVEIRA, Laercio (2006). O Brasil no contexto das relações econômicas internacionais: Realidades e perspectivas. I Encontro de Estudos Tributários – ENET, Londrina, 30 de agosto a 2 de setembro de 2006, publicado em [<http://www.clipconverter.cc/download/zL2s6aYg/>]. Disponibilidade:11/07/2015.

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

Arante, Cleverson Sousa
A AR662 Neoliberalismo: influências, efeitos na educação e
n na desvalorização dos profissionais em Goiás /
Cleverson Sousa Arante; orientador Diego Pinheiro
Alencar. -- Iporá, 2019.
18 p.

Monografia (em Especialização em ensino de
humanidades) -- Instituto Federal Goiano, Campus
Iporá, 2019.

1. Trabalhador professor. 2. Neoliberal. 3.
Capitalismo. 4. Políticas salariais. I. Alencar,
Diego Pinheiro , orient. II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia - Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Cherison Sousa Azeite
Matrícula: 2017205301040135
Título do Trabalho: NEOLIBERALISMO: INFLUÊNCIAS, EFEITOS NA EDUCAÇÃO E NA DESQUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES EM GOIÁS

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: ___/___/___

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Idorá _____, ____/____/19.
Local Data

Cherison Sousa Azeite
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Diego Pinheiro Alencar
Assinatura do(a) orientador(a)

- ATA Nº 14/ 2019 DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATU SENSU EM ENSINO DE HUMANIDADES

Aos 16 dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 17 horas e _____ minutos, no Laboratório de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus-Iporá, sito a Avenida Oeste nº 350, Parque União, saída para Piranhas – Iporá – Goiás, teve lugar a defesa de Artigo Científico, como requisito de conclusão da Pós-Graduação Latu Sensu em Ensino de Humanidades. O Artigo teve o título: **Neoliberalismo: influências, efeitos na Educação e na desvalorização do professor**. Foi defendido pelo(a) aluno(a) **Cleverson Sousa Arante** nº **2017205301040135**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Diego Pinheiro Alencar (IF goiano-Campus Iporá); Michel Rezende da Silveira (IF goiano-Campus Iporá) e Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar (doutoranda em Geografia-UFG-Goiânia), a seguir identificados:

Nome	Membros	Nota do Trab. Escrito	Nota da Apres. oral	Média
Diego Pinheiro Alencar	Presidente	9,8	9,2	9,0
Michel Rezende da Silveira	Arguidor I	9,0	9,6	9,3
Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar	Arguidor II	9,5	8,9	9,2
Nota Final (média aritmética das notas finais dos 03 avaliadores)				9,0

Após a apresentação, o(a) aluno(a) foi arguido pela banca examinadora e o Artigo, foi considerado como:
 Aprovado com nota: 9,0, foi: Aprovado com nota: _____ e ressalvas para correção, foi:
 Aprovado com nota: _____ e com recomendado para publicação.

Iporá, 16 de dezembro de 2019.

Assinatura do aluno pós-graduando: _____

BANCA EXAMINADORA – MEMBROS

Nome e assinatura do Prof. Orientador do IF Goiano-Campus Iporá (Presidente)

Diego Pinheiro Alencar

Nome e assinatura do Prof. Membro do IF Goiano-Campus Iporá (Arguidor I)

Michel Rezende da Silveira

Nome e assinatura da Profa. Membro doutoranda em Geografia pelo programa de pós graduação da UFG- (Arguidor II)

Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar